

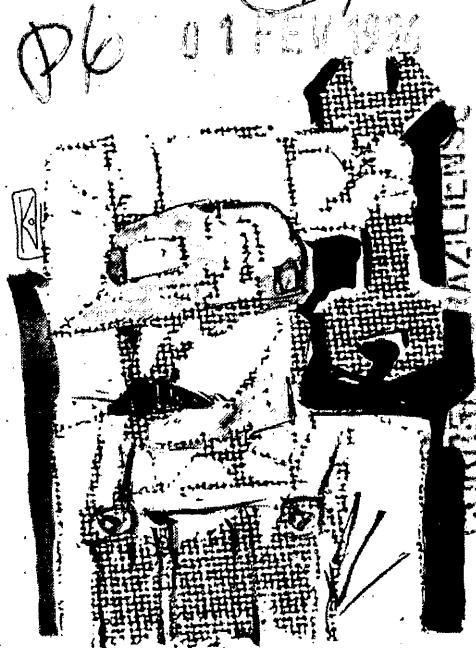
# O que Vicentinho não sabe

José Sarney

Eu sempre me pergunto e não acho uma resposta acabada, quando o Brasil, que teve um desempenho excepcional neste século, saindo da área de um país primitivo para tornar-se industrializado, tomou uma decisão errada, escolhendo um atalho que ia dar na crise que desabou, a partir dos anos 60. Tenho algumas formulações de resposta. Mas não cabem neste artigo.

Num setor, porém, tenho absoluta certeza do nosso equívoco: a política sindical. A Revolução de 1930, quando o mundo modernizava suas relações entre capital e trabalho, escolhemos a fórmula fascista da *Carta di Lavoro* e atrasamos o movimento sindical que, em vez de enveredar pela reivindicação de direitos, saiu para o clientelismo do Estado, numa solução de benesses do governo, que controlava, registrava, acompanhava os sindicatos, cooptava suas lideranças que se transformaram no peleguismo. Esse modelo atingia as duas faces do problema: a dos trabalhadores e a dos patrões. Estavam ambos sob as asas do Ministério do Trabalho, braço político de Vargas, cuja visão era a de colocá-los dentro do quadro de manobras de sustentação do poder, diga-se, pessoal. Daí surgir a imagem de "pai dos pobres" e "grande construtor das conquistas sociais". Quem leu as Memórias do presidente Vargas não deixa de sofrer uma grande frustração ao verificar que em nenhum momento há uma formulação de idéias, de concepção de políticas públicas, no caso específico, a questão sindical. Há a anotação factual do cotidiano das manobras políticas e da rotina de vida e do governo.

Assim, o modelo Vargas não era uma concepção sistêmica com objetivos e políticas públicas fundadas em razões ideológicas. O resultado foi um brutal atraso nas relações de trabalho. O sindicalismo moderno



somente viria ocorrer a partir dos anos 60, para libertar-se da força gravitacional do governo. A modernização Vargas foi a concebida por Jango, que tinha o modelo argentino como sedução. O "justicialismo peronista", que nada mais era do que um governo conservador, apoiado por uma central sindical, a CGT, que por sua vez era o próprio partido peronista, pois o seu braço de sustentação e militância.

Aqui, este modelo não funcionou. Com a morte de Vargas, ele desapareceria e, com a Revolução de 1964, iria florescer paradoxalmente o sindicalismo de luta, ideológico, fora do assistencialismo, capaz de atuar na clandestinidade e correr os riscos desta.

Nesse clima nasceram o PT e suas grandes lideranças, todas emergentes da área sindical. A necessidade de aglutinação delas desembocou, como aconteceu no mundo inteiro, numa central sindical, a CUT, que se confundia e se confunde com o próprio partido, porque é maior que este.

Um partido político tem que

abranger, numa sociedade democrática, todos os segmentos. O PT teve que receber em seu seio funcionários públicos, profissionais liberais e intelectuais. Os interesses de um partido, quase sempre carregado de paixões e de eleições, conflitam com os interesses específicos de classe isolada.

O drama de Vicentinho é que surgiu na sua presidência da CUT a ponta do *iceberg* — o início da libertação da Central da tutela partidária. Um sindicalismo de resultados, finda a confrontação ideológica, com o desmoronamento do socialismo, não encaixa no modelo, já abandonado pela Europa social-democrata e socialista à moda González e Mitterrand, de "central sindical partidária".

Não sei se esse primeiro embate na reforma da previdência vai ser a separação de um matrimônio até então "fiel na saúde e na doença, amando-te e te respeitando todos os dias da minha vida".

Não acredito em divórcio. O dilema não está amadurecido para esse desfecho. O Vicentinho, cujo nome parece de menino travesso, não tem nada disso. Ele apenas não sabe a batata quente que lhe veio às mãos. Queira ou não queira, a dinâmica da política e da história levará à independência da CUT.

Não sei se o Vicentinho ouvirá o conselho que ouviu Dom Pedro I: "Põe essa coroa sobre tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela".

Mas será inexorável a libertação das centrais sindicais. Isso só será retardado se o governo for tentado a um novo peleguismo, querendo tirar proveito de uma transformação com a qual ele nada tem a ver. Se assim acontecer, desmoralizará as lideranças e atrasará o movimento sindicalista.

José Sarney é presidente do Senado Federal